



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS - FEF
FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS – FIFE
CURSO DE FARMÁCIA

AMANDA BRANÍCIO ROQUE
GEOVANA SOLDÁ PAZZINI
LUCAS VASCONCELLOS MAGALHÃES

GRAU DE CONHECIMENTO DE MULHERES SOBRE O USO DE
CONTRACEPTIVOS ORAIS

Fernandópolis, SP

2023



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS - FEF
FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS – FIFE
CURSO DE FARMÁCIA

AMANDA BRANÍCIO ROQUE
GEOVANA SOLDÁ PAZZINI
LUCAS VASCONCELLOS MAGALHÃES

GRAU DE CONHECIMENTO DE MULHERES SOBRE O USO DE
CONTRACEPTIVOS ORAIS

Artigo apresentado à Banca Examinadora do Curso de Graduação em Farmácia da Fundação Educacional de Fernandópolis como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Farmácia

Orientador: Prof. Me. Roney Eduardo Zapparoli

Fernandópolis, SP

2023

GRAU DE CONHECIMENTO DE MULHERES SOBRE O USO DE CONTRACEPTIVOS ORAIS

DEGREE OF KNOWLEDGE OF WOMEN ABOUT THE USE OF ORAL CONTRACEPTIVES

ROQUE, Amanda Branício¹; PAZZINI, Geovana Soldá¹; MAGALHÃES, Lucas
Vasconcellos¹; ZAPAROLI, Roney Eduardo².
E-mail: amandabranicior@outlook.com

RESUMO: Os anticoncepcionais hormonais orais são esteroides prescritos para impedir gravidezes indesejadas e concepção e outros efeitos. Este trabalho visa analisar os impactos na saúde e na vida social de mulheres adultas e adolescentes que ingerem contraceptivos hormonais orais em uso contínuo. Este estudo utilizou a revisão bibliográfica como procedimento metodológico e um estudo de campo por meio de questionário estruturado a acadêmicas da Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF). A pesquisa permitiu conhecer os aspectos positivos e efeitos colaterais positivos e negativos causados pelo uso contínuo dessas drogas. Espera-se que, por meio deste trabalho, as acadêmicas tenham ampliado conhecimentos acerca da temática, favorecendo a dispensação farmacêutica desse tipo de medicamento e as orientações as usuárias, possibilitando-lhes conhecer o uso adequado e os efeitos da droga sobre sua saúde.

Palavras-chave: Contraceptivo hormonal oral. Uso contínuo. Efeitos.

ABSTRACT: Oral hormonal contraceptives are steroids prescribed to prevent unwanted pregnancies and conception and other effects. This work aims to analyze the impacts on the health and social life of adult women and adolescents who take oral hormonal contraceptives on a continuous basis. This study used a bibliographic review as a methodological procedure and a field study using a structured questionnaire to academics from the Fernandópolis Educational Foundation (FEF). The research allowed us to understand the positive aspects and positive and negative side effects caused by the continuous use of these drugs. It is expected that, through this work, academics will have expanded their knowledge on the subject, favoring the pharmaceutical dispensing of this type of medication and providing guidance to users, enabling them to understand the appropriate use and effects of the drug on their health.

Key words: Oral hormonal contraceptive. Continuous use. Effects.

¹ Acadêmicos do curso de Farmácia das Faculdades Integradas de Fernandópolis - FIFE, Fernandópolis-SP, 2023; ² Docente do curso de Farmácia das Faculdades Integradas de Fernandópolis - FIFE, Fernandópolis-SP, 2023

1 INTRODUÇÃO

Os anticoncepcionais hormonais orais, também chamados de pílulas anticoncepcionais, são esteroides utilizados isoladamente ou em associação, com a finalidade básica de impedir a concepção. O controle eficaz da concepção favoreceu a participação social da mulher, facilitou a emancipação feminina, permitiu às famílias controlar o número de filhos e, em decorrência, sua condição econômica. Os anticoncepcionais orais podem ser combinados (estrógenos e progestógenos; monofásicos, bifásicos e trifásicos) com quase 100% de eficácia, ou apenas conter progestógeno (minipílulas), embora essas combinações possam estar associadas ao surgimento precoce de câncer de mama em mulheres férteis (ALMEIDA; VIOLA, 2023; WANNMACHER, 2003).

O uso de anticoncepcionais trouxe alterações de costumes e de mentalidade, como a liberalidade sexual, principalmente entre a população mais jovem como os adolescentes, conduziu a um aumento de gravidezes não programadas, abortos e disseminação do HIV. Embora se saiba que, no mundo todo, a contracepção predomine e esteja aumentando entre as mulheres por diversos motivos, os contraceptivos estão facilmente disponíveis, embora nem sempre as alternativas e opções sejam perfeitas e isentas de efeitos colaterais adversos, o que acaba por limitar sua aceitação (ALTMAN, 2009; INCA, 2015).

Entre os efeitos colaterais provocados pelo uso contínuo de contraceptivos hormonais orais, Wannmacher (2003) relaciona: aumento de mortalidade por doença cerebrovascular e câncer de colo uterino; aumento pequeno, mas significativo, nas pressões sistólica e diastólica, revertido com a suspensão dos hormônios; associação de tromboembolismo venoso, associado ao uso de contraceptivos de terceira geração. Por outro lado, Wannmacher (2003) acentua efeitos benéficos à saúde da mulher pelo uso continuado de contraceptivo hormonal oral: redução de mortalidade por câncer ovariano, alivia a dismenorreia, a mastodinia e tensão pré-menstrual; reduz a incidência de hiperplasia e neoplasia endometriais, doença inflamatória da pélvis, gravidez ectópica, endometriose, fibrocistite benigna da mama, cistos funcionais e câncer de ovário, entre outros.

Além dos meios contraceptivos previamente mencionados, pode-se fazer referência contracepção de emergência, referente ao emprego de medicamentos com

o intuito de evitar uma gestação após uma atividade sexual desprotegida. Este método é aplicado após o ato, sendo denominado de uso pós-coito. A contracepção de urgência, também reconhecida como "pílula do dia seguinte", é empregada como o método medicinal para evitar uma gravidez após um episódio de relação sexual sem proteção ou em casos de falha de outros métodos contraceptivos. É recomendada em circunstâncias excepcionais, mas não é indicada para administração regular (AMADO; LEAL, 2001).

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Verificar o uso de anticoncepcionais e anticoncepcionais de emergência pelas acadêmicas da Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF).

2.2 Objetivo específico

Verificar o grau de informação sobre anticoncepcionais das acadêmicas da Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF).

3 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

Os anticoncepcionais orais são medicamentos derivados de hormônios sintéticos que impactam diretamente no sistema endócrino feminino. Por essa razão, os efeitos podem ser positivos, quando apresentam eficácia contraceptiva, fácil acesso, relativa praticidade e manutenção dos hormônios sexuais em níveis estáveis, e impactos negativos causados por desinformação sobre sua ação no organismo, uso inadequado e inespecífico, além de efeitos colaterais em curto e longo prazos, principalmente, quando associados a fatores de risco. Os efeitos indesejáveis são diversos, alguns comuns após a primeira dosagem, mas podem ser amenizados pelo acompanhamento profissional, pela escolha de um anticoncepcional adequado segundo as respostas individualizadas da mulher/adolescente e o amparo das instruções de uso correto para que predominem os benefícios, e os riscos (às vezes,

graves como em eventos tromboembólicos e AVC) possam ser amenizados ou mesmo extintos (BRANDT; OLIVEIRA; BURCI, 2018).

Destaca Couto *et al.* (2020) ser necessária uma atenção maior durante a prescrição do contraceptivo hormonal oral, pois esse medicamento apresenta contraindicações em relação a algumas situações, como pessoas com idade avançada, hipertensas, tabagistas, com doenças hormonais ou com facilidade para desenvolverem trombose.

Os anticoncepcionais hormonais orais apresentam inúmeros efeitos colaterais, tanto quanto são comuns os relatos de sintomas indesejáveis reportados por usuárias logo após a primeira dosagem: cefaleia, mastalgia, náusea, vômitos e aumento do apetite. Os efeitos adversos são reportados como os efeitos mais frequentes relacionados ao uso continuado de contraceptivos hormonais orais (ALMEIDA; ASSIS, 2017).

Em que pesem os benefícios promovidos pelo uso dos anticoncepcionais hormonais, esses fármacos não garantem uma vida sexual segura para as mulheres porque não previnem as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e, caso sejam utilizados de forma incorreta, também não previnem uma gestação indesejada como, por exemplo, a gravidez fortuita na adolescência (ALVES *et al.*, 2022).

O ato farmacêutico da dispensação compreende a entrega de um ou mais medicamentos a um paciente após receber uma prescrição de um profissional habilitado. Essa prática permite ao farmacêutico contribuir para a utilização apropriada dos medicamentos, já que a interação com o paciente possibilita identificar suas necessidades e oferecer orientação não só sobre os remédios, mas também sobre saúde, desempenhando um papel como agente de saúde (ZUBIOLI, 2001).

Dessa forma, dada a importância desse processo e a missão da prática farmacêutica (provendo remédios e outros produtos, serviços de saúde, e auxiliando as pessoas e a comunidade a utilizá-los da melhor forma possível), houve uma reorientação no papel do farmacêutico. Sua função como integrante de uma equipe multiprofissional de saúde foi revisada e reafirmada (OPAS, 2002).

A prática farmacêutica agora se concentra no cuidado ao paciente, e o medicamento é encarado como um meio para alcançar um resultado, seja para alívio, cura ou prevenção. Assim, o objetivo do trabalho deixa de se concentrar apenas no medicamento como produto farmacêutico e passa a estar voltado para o paciente,

com a preocupação de minimizar os riscos associados ao uso desse produto (VIEIRA, 2007).

4 MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado uma pesquisa de campo e aplicado um questionário quantitativo composto por 18 questões para as acadêmicas da Fundação Educacional de Fernandópolis - FEF.

O questionário foi aplicado no período de 15/09/2023 a 29/09/2023.

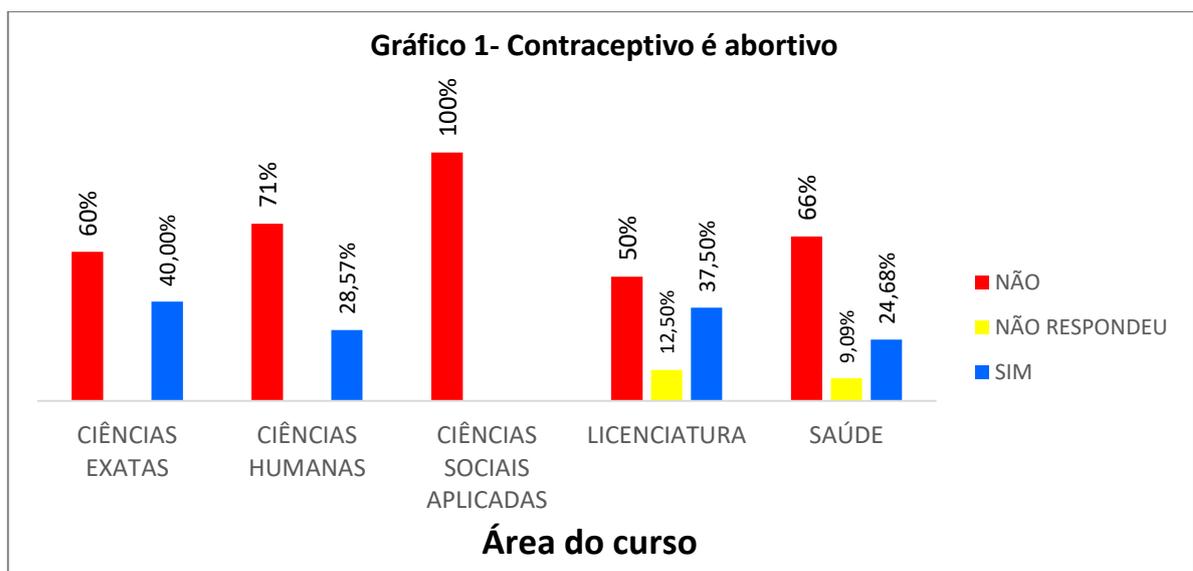
Participaram da pesquisa todas as alunos dos cursos da área da saúde, ciências humanas, ciências exatas, ciências sociais aplicadas e licenciaturas das Faculdades Integradas de Fernandópolis - FIFE e somente 100 responderam o questionário.

A pesquisa foi desenvolvida através da plataforma *google forms* e foi divulgada através do WhatsApp e presencialmente no campus da FEF.

Foram excluídos os questionários que pudessem apresentar respostas dúbias e, por isso, comprometer a pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com as respostas obtidas dos participantes foram produzidos 12 gráficos.

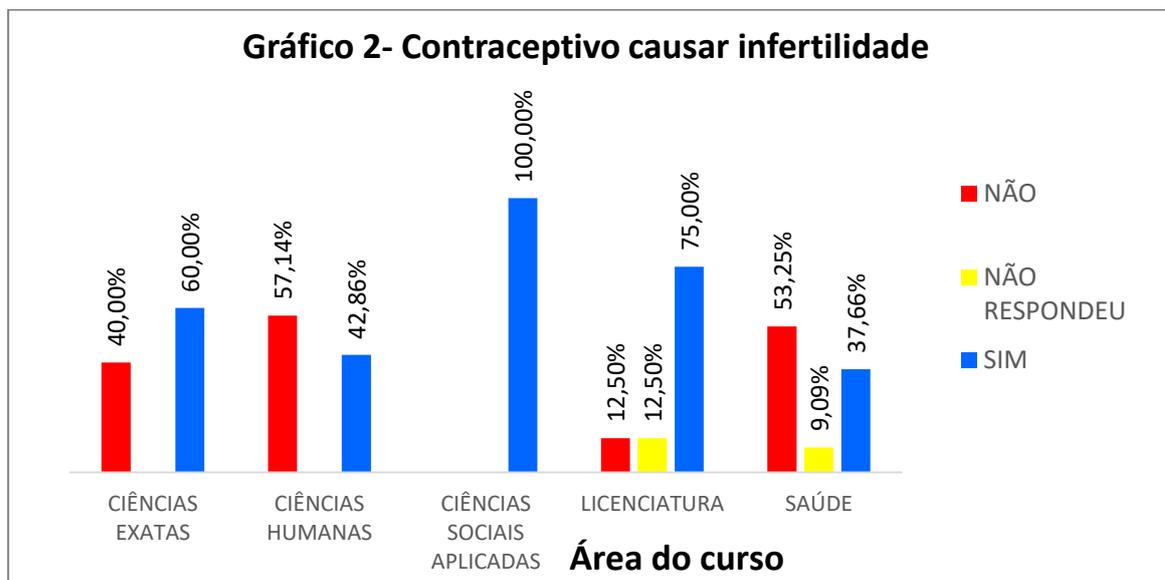


Fonte: elaboração própria

As acadêmicas da área da saúde responderam que o contraceptivo não é abortivo. Contudo, ainda é possível verificar o entendimento de não ser abortivo por todas as acadêmicas de ciências sociais aplicadas (**Gráfico 1**).

No que se refere ao mecanismo de atuação, a Anticoncepção de Emergência (AE) pode ter diferentes efeitos, dependendo da fase do ciclo menstrual em que é aplicada: inibe ou retarda a ovulação; modifica a motilidade tubária para dificultar a passagem do óvulo e/ou espermatozoide; e dificulta a penetração do espermatozoide no muco cervical. Apesar de a pílula de emergência registrar eficácia como contraceptivo, uma vez iniciado o processo de nidação, o medicamento, como todos os fármacos contraceptivos, perde a efetividade (CAVALCANTE *et al.*, 2016).

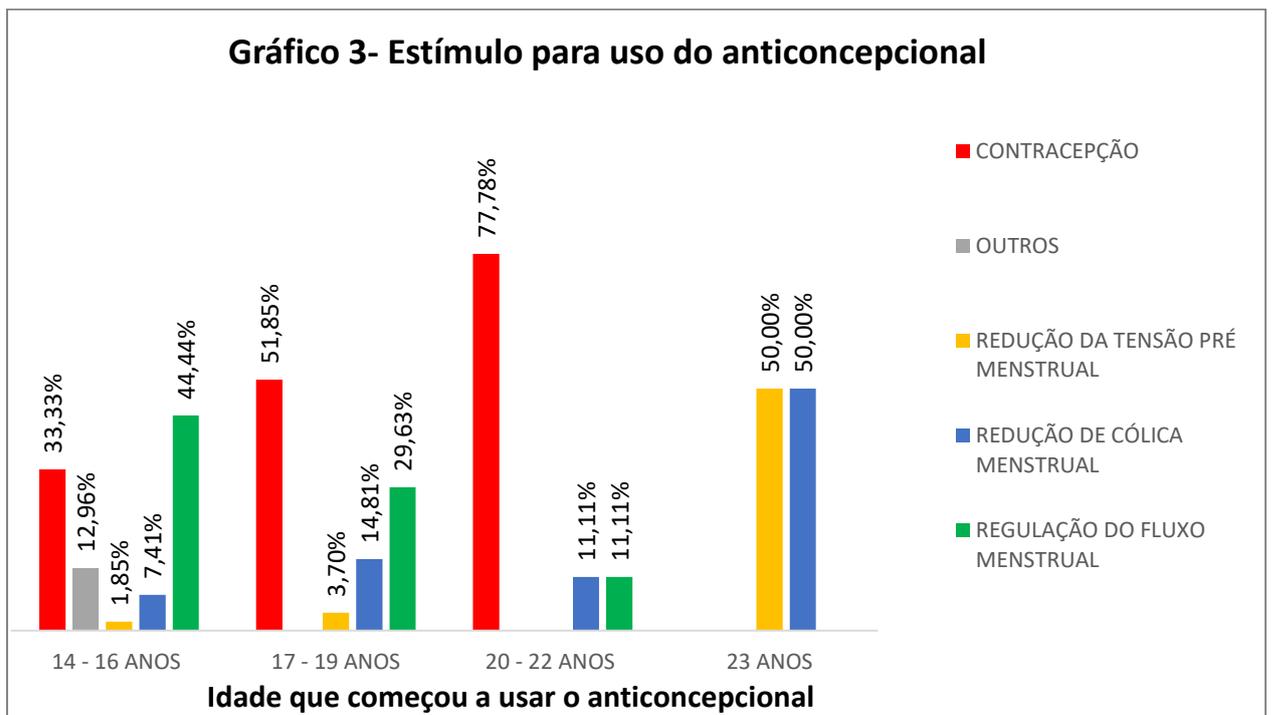
Ressalte-se que a AE não exerce qualquer efeito após a fecundação nem impede a implantação. Se a fecundação ocorrer, não há indicativos de que a AE tenha efeito após esse evento, não tendo efeito abortivo (BRASIL, 2011) (BRASIL, 2005).



Fonte: elaboração própria

No **Gráfico 2** é possível verificar que a maioria das acadêmicas responderam que o contraceptivo causa infertilidade, embora entre as acadêmicas de saúde e ciências humanas este quadro não se configura. Ainda é possível verificar o entendimento de causar infertilidade em todas as acadêmicas de ciências sociais aplicadas.

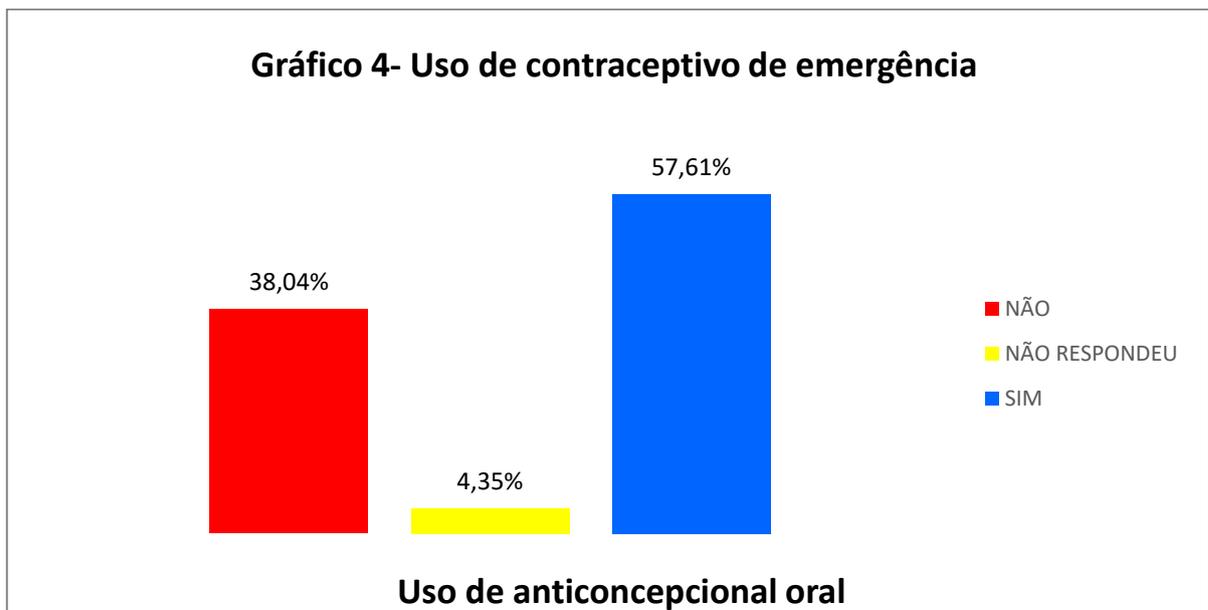
A dificuldade de conceber pode ser descrita como a falta de gravidez após um ano de atividade sexual regular, sem a utilização de métodos contraceptivos como pílulas anticoncepcionais, preservativos, DIU (dispositivo intrauterino) e outros. Atualmente, aproximadamente 10% a 15% dos casais enfrentam a questão da infertilidade. Diversos elementos associados ao estilo de vida contemporâneo contribuem para o aumento das taxas de infertilidade, incluindo alimentação desequilibrada (com alto teor de gorduras, conservantes, corantes artificiais etc.), sedentarismo (especialmente a falta de exercício físico), estresse e, sobretudo, a propensão das mulheres a adiar a maternidade devido ao exercício de papéis no mercado de trabalho, optando por gestações após os 30 ou 35 anos (HAYASHI; MORIYAMA, 2019) (RAMÍREZ-GÁLVEZ, 2008).



Fonte: elaboração própria

No **Gráfico 3**, para as acadêmicas que iniciaram o uso do anticoncepcional com idade entre 14 a 16 anos, a maior motivação foi regulação do fluxo menstrual, entretanto é possível verificar que, segundo as acadêmicas que iniciaram o uso do anticoncepcional com idade entre 17 e 22 anos, a maior motivação foi contracepção. Ainda é possível verificar que, para as acadêmicas que iniciaram o uso do anticoncepcional com 23 anos de idade, os motivos do uso, totalmente diferentes, são a redução da tensão pré-menstrual e a redução de cólica menstrual.

A automedicação pode resultar de processos sociais e políticos individuais, não apenas de acesso ao método e informação. A socialização feminina, marcada pelo aprendizado com amigas, aquisição do medicamento na farmácia e dependência disso para contracepção, também desempenha um papel significativo. Embora a pílula seja considerada um método mais fácil de usar e obter nos serviços de saúde, estudos regionais indicam que a indicação do uso de anticoncepcionais orais (ACO) nos serviços de saúde e a obtenção do medicamento no próprio serviço não melhoraram sua adequação em comparação com a aquisição pela usuária (CORRÊA *et al.*, 2017) (DIAS-DA-COSTA *et al.*, 2002) (HARDY *et al.*, 1991) (HEILBORN *et al.*, 2009).

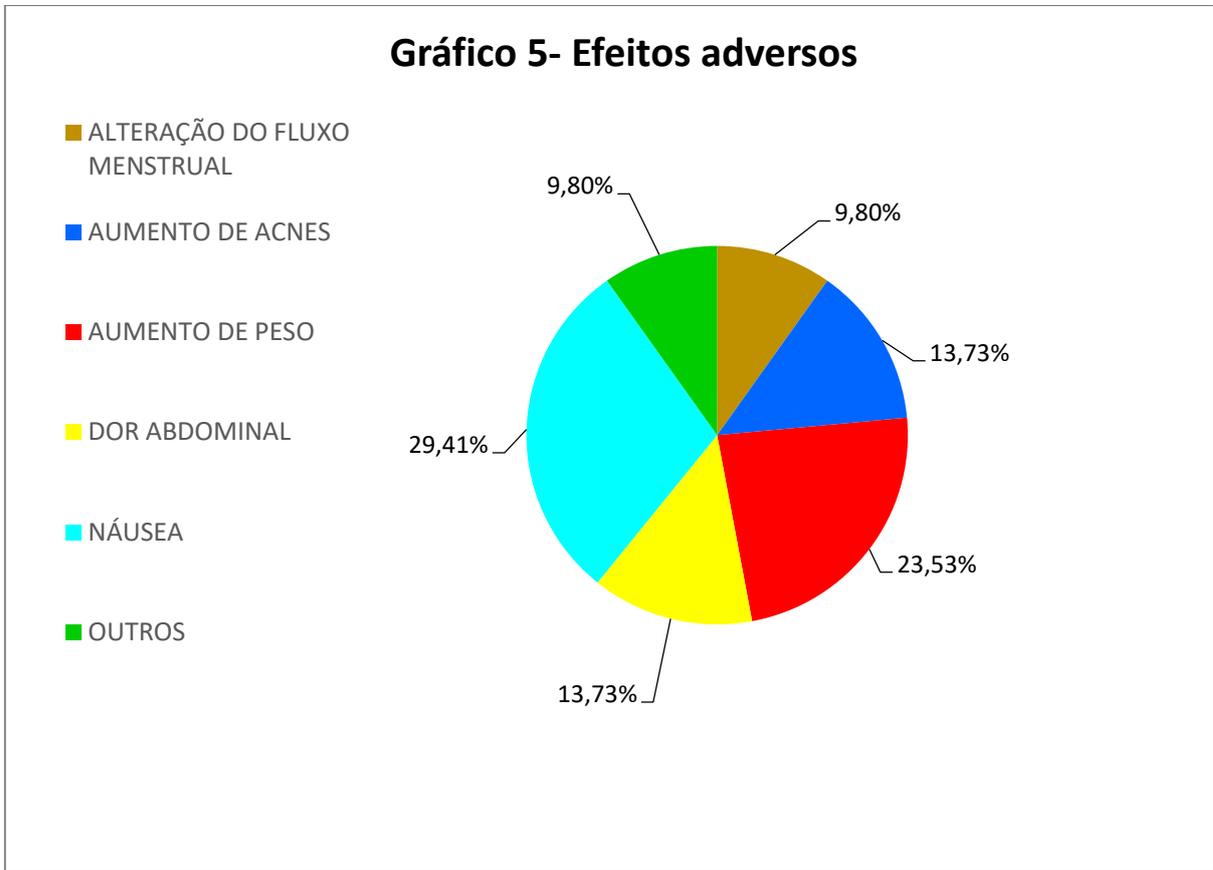


Fonte: elaboração própria

No **Gráfico 4**, é possível verificar que, das acadêmicas que fazem uso de anticoncepcional oral, 57,61% delas também usam o contraceptivo de emergência.

O método, conhecido como contracepção de emergência ou "pílula do dia seguinte", é composto por hormônios concentrados, utilizado nos dias subsequentes à relação sexual. O medicamento atua de acordo com a fase do ciclo menstrual, podendo impedir a união dos gametas ou evitar a nidação, essencial para o desenvolvimento humano, através da descamação da parede interna do útero devido

à elevada concentração hormonal (PEREIRA *et al.*, 2021) (FERNANDES; BAIENSE, 2023).

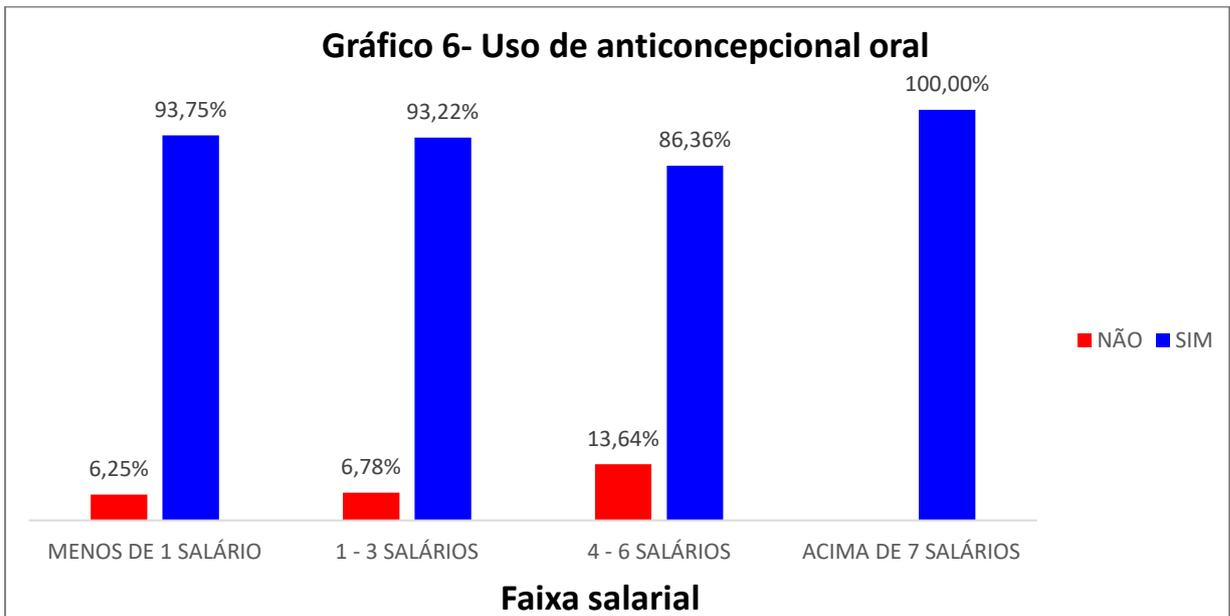


Fonte: elaboração própria

No **Gráfico 5**, verifica-se que as acadêmicas responderam que os efeitos colaterais mais reportados entre elas são náusea e aumento de peso.

Como qualquer medicamento, os contraceptivos hormonais podem desencadear diversas reações adversas, incluindo alterações em sistemas como o imunológico, metabólico, nutricional, psiquiátrico, vascular, ocular, gastrintestinal, hepático, cutâneo-subcutâneo, renal/urinário, auditivo e distúrbios no Sistema Nervoso Central (SNC) e no Sistema Reprodutor (BRASIL, 2010).

O uso de contraceptivos orais também pode estar associado a sintomas de aumento de peso devido ao apetite exacerbado, depressão, exaustão, fadiga, diminuição da libido, surgimento de cravos e espinhas, crescimento das mamas, elevação do colesterol LDL e prurido, resultantes dos efeitos progestagênicos (MITRE *et al.*, 2006) (BRASIL, 2013) (FEBRASGO, 2017) (HASEGAWA *et al.*, 2022).

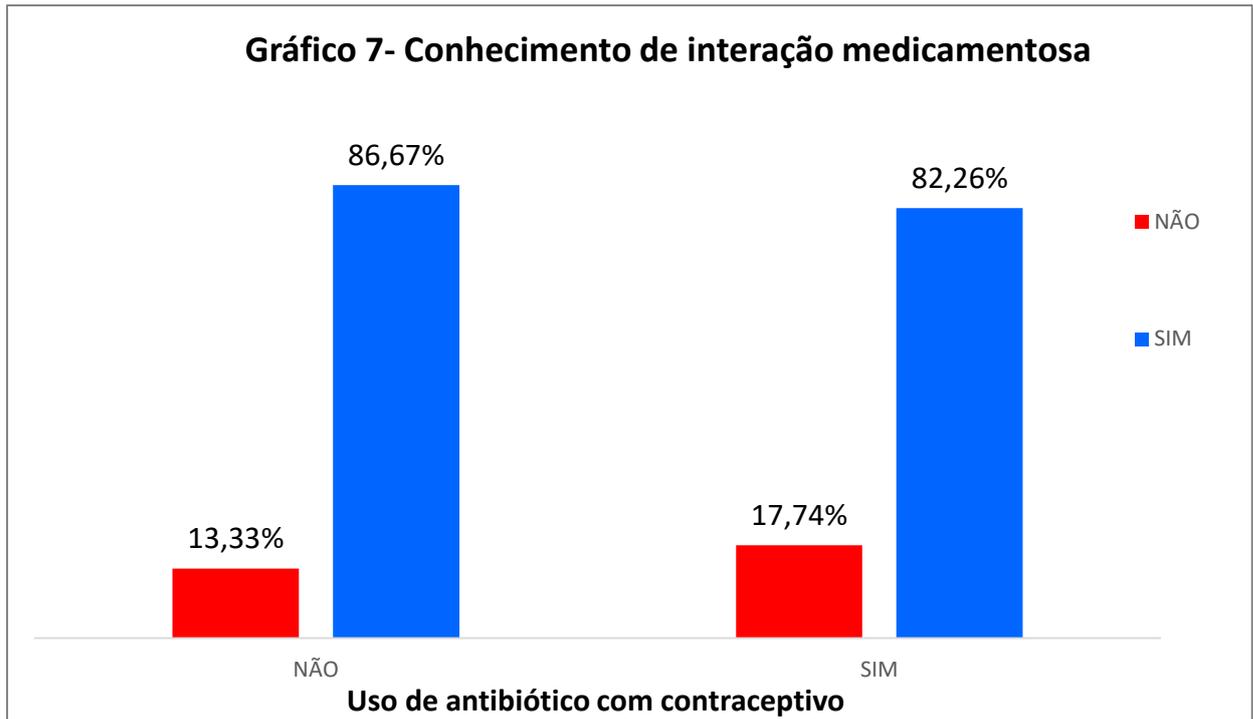


Fonte: elaboração própria

O **Gráfico 6** mostra que 100% das acadêmicas com renda familiar acima de 7 salários mínimos fazem o uso de anticoncepcional oral; dentre as estudantes que possuem renda familiar menor que 1 salário, 93,75% fazem o uso de contraceptivo oral.

Os desafios no planejamento familiar no Brasil não estão limitados à predominância de dois métodos. Além disso, observa-se que a disponibilidade desses métodos não tem sido apropriada. Observou-se que as pílulas são comercializadas sem prescrição, orientação e supervisão médicas em todo o país (FINOTTI, 2015) (DIAS, 2021).

Em São Paulo, os problemas no planejamento familiar são agravados pelos elevados índices de cesarianas associadas à esterilização feminina. Essa associação, muitas vezes envolvendo cesarianas desnecessárias, aumenta os riscos de morbimortalidade materna prematura e complicações respiratórias para os recém-nascidos. Um estudo realizado nesta cidade mostrou que um terço da mortalidade materna relacionada a causas obstétricas foi atribuído a cesarianas desnecessárias. Este achado corrobora com estudo realizado na Holanda, o qual mostrou que a mortalidade materna após cesariana possui risco três vezes maior em relação ao parto normal (VIEIRA *et al.*, 2001) (HARDY *et al.*, 1991) (COSTA, 2011).

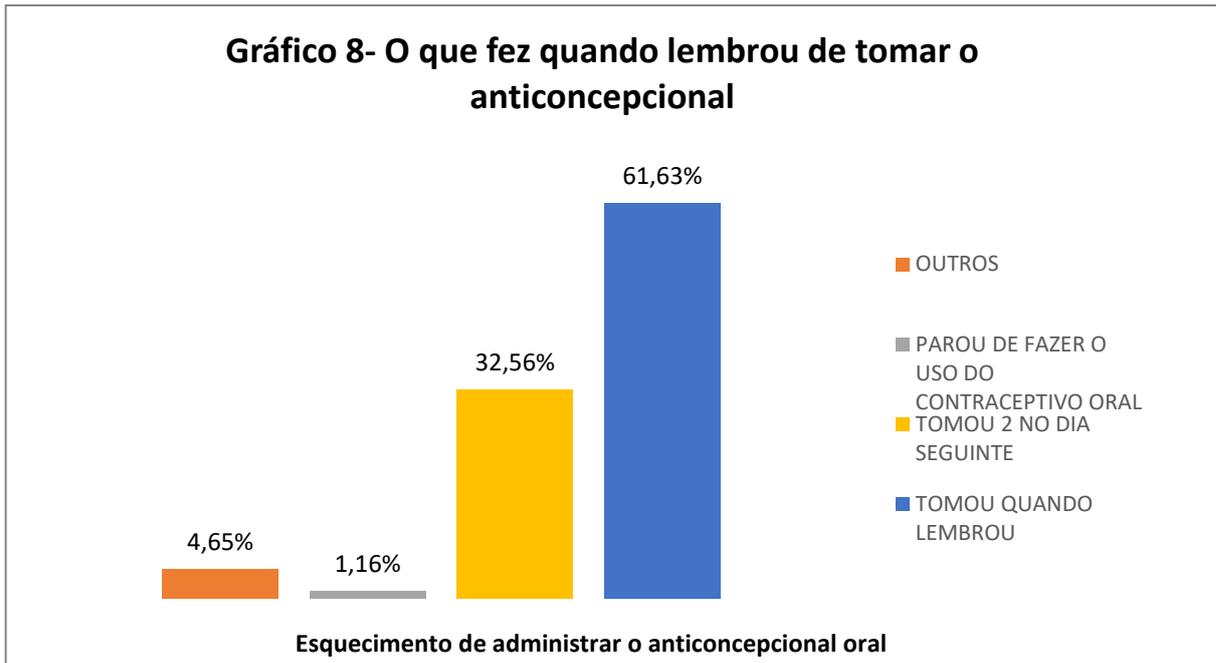


Fonte: elaboração própria

No **Gráfico 7**, pode-se observar que, mesmo tendo conhecimento sobre a interação medicamentosa, as acadêmicas fazem associações de antibióticos com contraceptivos.

De maneira geral, a interação medicamentosa pode resultar na potencialização do efeito terapêutico, na diminuição da eficácia, no surgimento de reações adversas ou até mesmo não causar nenhuma modificação no efeito desejado do medicamento. Adicionalmente, a interação entre medicamentos pode ser benéfica, proporcionando uma reação útil, ou pode ter efeitos desfavoráveis ao regime terapêutico, apresentando, em alguns casos, significado clínico mínimo (ALMEIDA *et al.*, 2021).

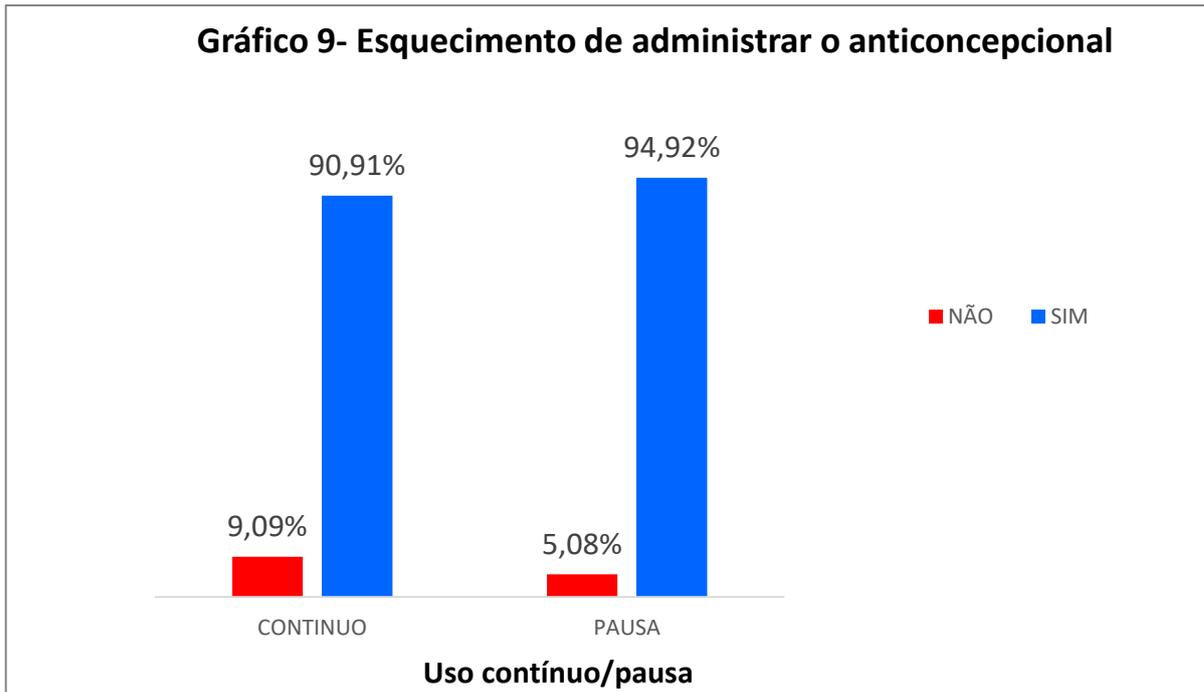
No caso da interação entre antibióticos e anticoncepcionais, há diversas variáveis que podem afetar diretamente o efeito terapêutico dos anticoncepcionais. Estudos na literatura indicam a possibilidade de interação medicamentosa entre antibióticos e anticoncepcionais, podendo alterar a ação contraceptiva (FONSECA, 2014).



Fonte: elaboração própria

O **Gráfico 8** mostra que todas as acadêmicas já se esqueceram de administrar o anticoncepcional oral, embora este não seja o motivo pelo qual pararam de fazer o uso do anticoncepcional, pois foi verificado que a atitude a ser tomada após o esquecimento do contraceptivo foi tomar ao se lembrar.

Caso a pessoa se esqueça de tomar a pílula, é recomendado que a tome assim que perceber o esquecimento. Se isso ocorrer no momento da próxima dose, ambas as pílulas devem ser ingeridas simultaneamente. Se houver esquecimento de duas pílulas consecutivas, a orientação é tomar a pílula do dia imediatamente, ou seja, duas pílulas juntas, por dois dias consecutivos, e utilizar um método adicional de barreira ou evitar relações sexuais por 14 dias. No caso de esquecimento de três ou mais pílulas, é provável que ocorra sangramento. Nesse caso, o reinício do uso das pílulas deve ser feito com uma nova cartela, começando no quinto dia do sangramento. É crucial utilizar um método adicional de barreira nos primeiros 14 dias. Se o sangramento não ocorrer imediatamente, é necessário aguardar, mantendo o uso de método de barreira pelos mesmos 14 dias (BRASIL, 2013) (FINOTTI, 2015) (FEBRASGO, 2017).

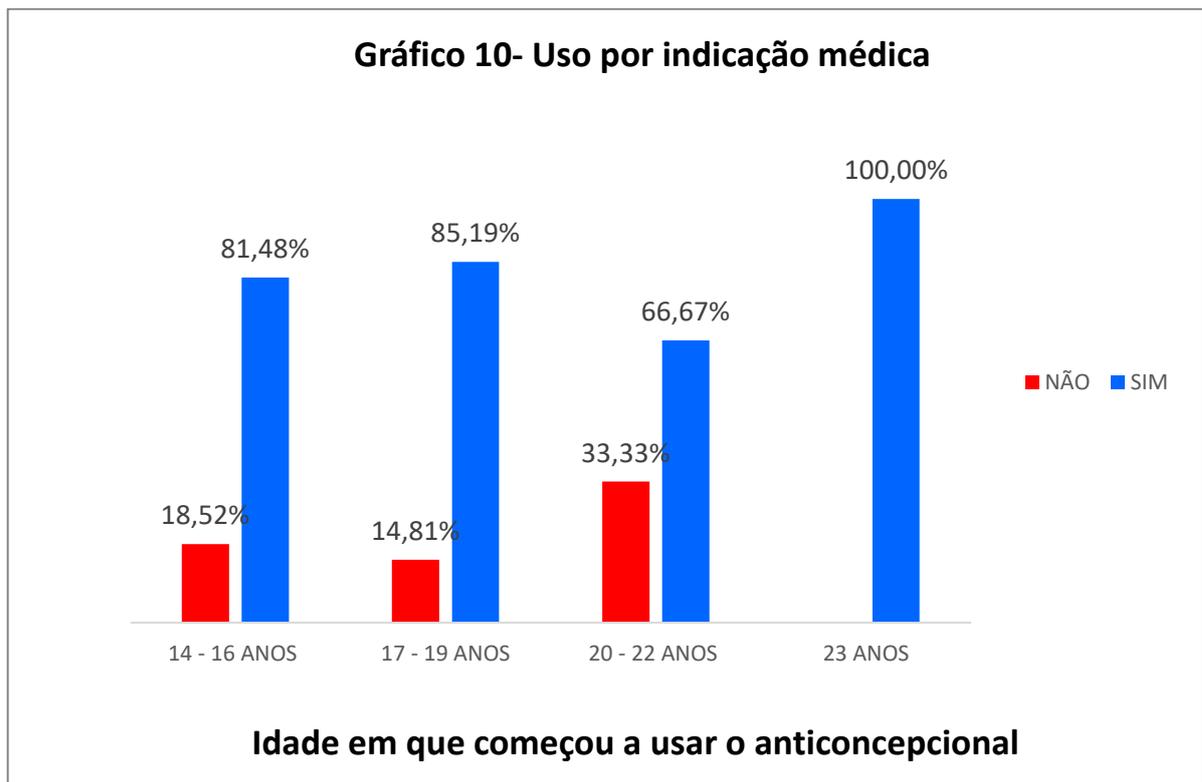


Fonte: elaboração própria

Observamos que a forma de uso do contraceptivo oral não interferiu no esquecimento da administração da pílula (**Gráfico 9**).

A diminuição nos níveis hormonais durante a pausa de 7 dias entre uma cartela e outra provoca um sangramento chamado "sangramento por privação" hormonal, resultante da queda da concentração do anticoncepcional oral (ACO) nos fluidos biológicos. Esse sangramento não é menstrual, pois o endométrio não foi estimulado. A retomada da ingestão do ACO eleva novamente os níveis hormonais, interrompendo o sangramento. Durante esse intervalo de pausa do anticoncepcional, não há reinício do ciclo fisiológico nem estímulo ovariano. A pausa visa apenas proporcionar o sangramento e não interfere no bloqueio hormonal causado pelo ACO (FINOTTI, 2015).

Quando a mulher, por conveniência ou outra razão, opta por não fazer a pausa entre as cartelas, não ocorre a queda nos níveis hormonais e, portanto, o sangramento não acontece. A ausência da pausa não influencia o bloqueio hormonal provocado pelo uso do anticoncepcional. Assim, a administração contínua de duas ou mais cartelas não afeta a proteção assegurada pelo uso ininterrupto do anticoncepcional (WILLIAMS; STANCEL, 1996) (ALMEIDA; VIOLA, 2023).

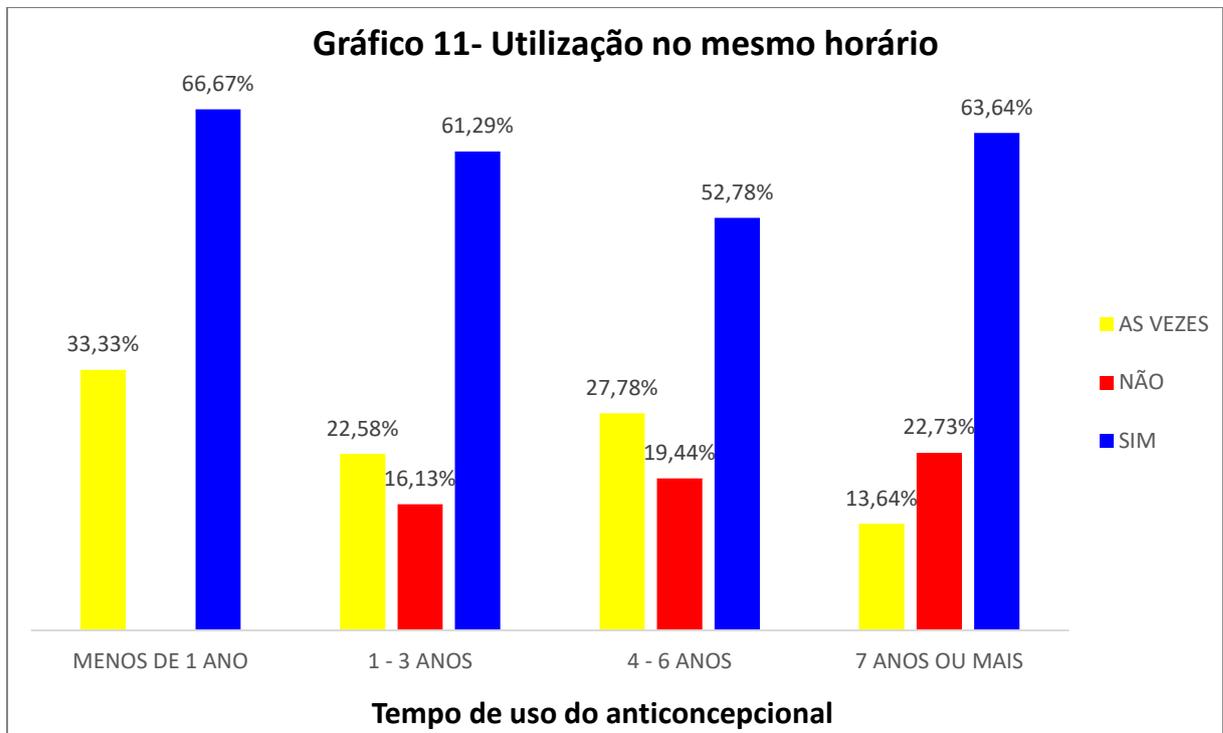


No **Gráfico 10**, é possível verificar que 81,48% das estudantes com idade entre 14 a 16 anos começaram a fazer o uso de anticoncepcional oral por indicação médica, enquanto 100% das acadêmicas com 23 anos de idade começaram a fazer uso do medicamento com prescrição médica.

Pela prática da automedicação, falta de conhecimento sobre seus efeitos adversos e uso contínuo, o uso irracional de anticoncepcionais torna-se um problema de saúde pública, uma vez que esses medicamentos podem ser adquiridos sem prescrição médica, levando a um uso inadequado. Muitas mulheres em uso desses medicamentos não recebem informações conscientes sobre seu uso, resultando em efeitos prejudiciais, por vezes irreversíveis (BRASIL, 2002).

É essencial que todas as mulheres utilizem contraceptivos sob acompanhamento médico, realize os exames pertinentes para determinar a melhor opção para cada uma, especialmente aquelas com predisposições genéticas para tromboembolismo, hipertensão e câncer de mama. Para evitar essas complicações, é indicado também não utilizar contraceptivos hormonais precocemente, pois isso está

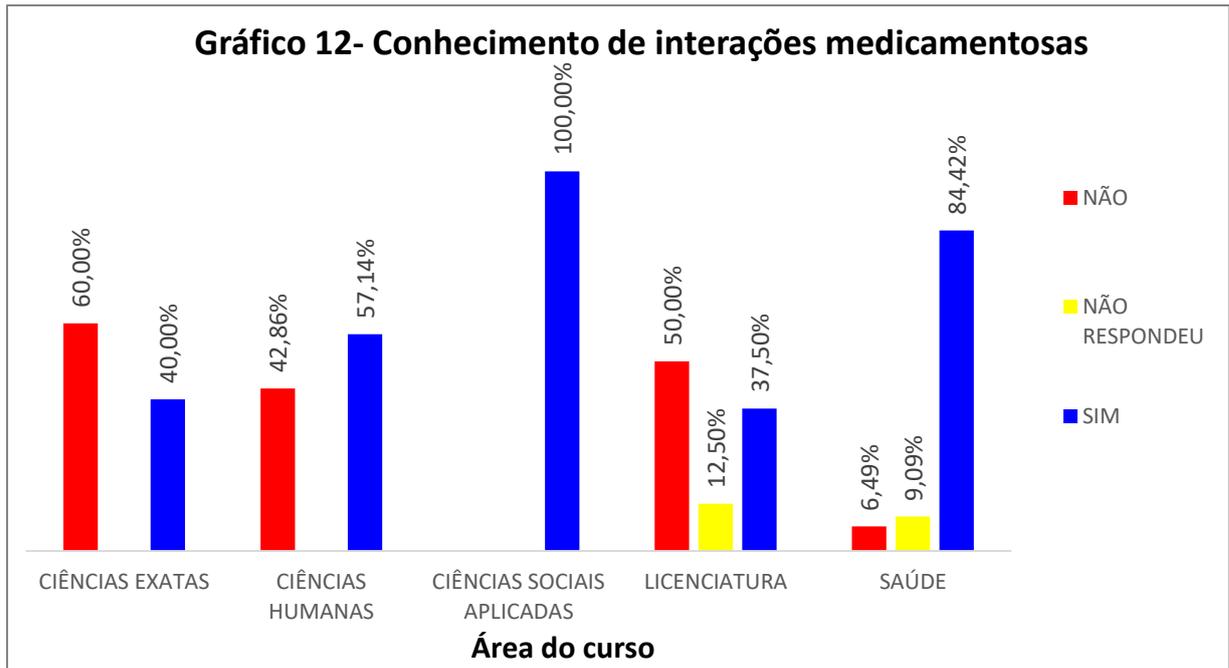
associado a todas as patologias mencionadas (SOUZA, 2008) (FREITAS, 2015) (FEBRASGO, 2016).



Fonte: elaboração própria

O **Gráfico 11** aponta que a maioria das acadêmicas participantes da pesquisa fazem a utilização do anticoncepcional oral no mesmo horário. Entretanto, ainda é possível conferir que as acadêmicas que fazem uso do anticoncepcional há menos de 1 ano e não apresentaram resposta sobre não fazerem uso no mesmo horário.

O acompanhamento da paciente é crucial para garantir segurança, eficácia e posologia correta, resultando no efeito terapêutico desejado, minimizando reações adversas durante o tratamento. A eficácia dos anticoncepcionais orais está diretamente ligada à sua utilização correta, evitando menos de uma gravidez para 100 mulheres/ano. Apesar dos problemas associados ao uso dos contraceptivos orais, esses medicamentos são essenciais devido à alta eficiência contraceptiva, reversibilidade e fácil acesso (BRASIL, 2007, 2012) (BORTOLON; KARNIKOWSKI; ASSIS, 2007) (FINOTTI, 2015).



Fonte: elaboração própria

A maioria das acadêmicas da área da saúde e ciências humanas responderam que possuem conhecimento sobre a interação medicamentosa do anticoncepcional oral. É possível verificar que 100% das acadêmicas da área de ciências sociais aplicadas possuem conhecimento sobre a interação medicamentosa do anticoncepcional e grande parte das estudantes dos cursos de ciências exatas e licenciatura não possuem o conhecimento sobre interações medicamentosas (**Gráfico 12**).

Quando administrados simultaneamente, os medicamentos podem desencadear reações no organismo e causar alterações significativas no funcionamento intestinal e possíveis danos ao corpo. Alguns medicamentos podem interferir na absorção de nutrientes, modificando sua utilidade ou excreção no organismo. Além disso, certos medicamentos podem influenciar a situação nutricional, resultando em aumento ou diminuição do apetite durante o tratamento (LOPES *et al.*, 2013) (SILVA *et al.*, 2020).

6 CONCLUSÃO

As acadêmicas utilizam tanto contraceptivos orais quanto o de emergência de forma isolada ou associada embora várias o façam sem orientação de um profissional da saúde.

As informações sobre os contraceptivos, embora em casos isolados possa transparecer baixo o nível de informação, na maioria dos casos, o nível de informação prevalece satisfatório.

A maioria relatou presença de efeito colateral ao iniciar a terapia com o contraceptivo oral.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a quantidade de cursos abordados na pesquisa tenha sido consideráveis, o número de acadêmicas participantes foi baixo, gerando uma limitação no resultado da pesquisa.

As mulheres necessitam de mais informações sobre o uso de anticoncepcionais orais e contraceptivos de emergência, onde surge a necessidade de uma abordagem maior do farmacêutico na distribuição desses contraceptivos, garantindo que as mulheres façam o uso mais seguro e tenham mais informações sobre esses medicamentos.

Como sugestão para pesquisas posteriores, recomenda-se a implementação de medidas para conscientizar as pessoas que fazem uso desse medicamento sobre os riscos associados a ele.

8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Paula Ferreira de; ASSIS, Marianna Mendes de. Efeitos colaterais e alterações fisiológicas relacionadas ao uso contínuo de anticoncepcionais hormonais orais. **Rev. Eletrôn. Atualiza Saúde**, Salvador, v. 5, n. 5, p. 85-93, jan./jun. 2017.

ALMEIDA, Danúbio Alfredo Gonçalves; SILVA, João Pedro Domingues da; MELO, Leandro Lopes de; RODRIGUES, Rodrigo Ventura. As principais interações medicamentosas na clínica médica. **Rev. Cient. do Tocantins ITPAC**, Porto Nacional, v. 1, n. 1, p. 1-10, dez. 2021.

ALMEIDA, Néson Cardoso de; VIOLA, Regina Coeli (coords.). **Anticoncepção hormonal oral**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. p. 61-152. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia2.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2023.

ALTMAN, Helena. Educação sexual em uma escola: da reprodução à prevenção. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 175-200, jan./abr. 2009.

ALVES, Isabela Almeida; FERREIRA, Victória Caroline Alves; OLIVEIRA, Karyne Gleyce Zemf; ARAGÃO, Mónica Andréa Miranda O impacto do uso de métodos contraceptivos na adolescência: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, p. e43711225949, 2022. 9 p.

AMADO, C. R.; LEAL, M. M. Anticoncepção de emergência na adolescência. **Pediatria Moderna**, São Paulo, v. 37, n. esp., s. p., maio, 2001.

BORTOLON, Paula; KARNIKOWSKI, Oliveira; ASSIS, M. Automedicação versus indicação farmacêutica: o profissional de farmácia na atenção primária à saúde do idoso. **Rev APS**, v. 10, n. 2, p. 200-209, 2007.

BRANDT, Gabriela Pinheiro; OLIVEIRA, Anna Paula Rodrigues de; BURCI, Lígia Moura BURCI. Anticoncepcionais hormonais na atualidade: um novo paradigma para o planejamento familiar. **Revista Gestão & Saúde RGS**, v. 18, n. 1, p. 54-62, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 15.1.1996. Brasília, DF, Presidência da República, 1996.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Assistência em planejamento familiar**: manual técnico. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002 150 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n.40)

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Anticoncepção de Emergência**: perguntas e respostas para profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 20 p. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde) – (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - Caderno 3).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Manual dos comitês de mortalidade materna**. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. 104 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Gestação de alto risco**: manual técnico. 5. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 302 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

_____. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Anticoncepção de emergência**: perguntas e respostas para profissionais de saúde. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011. 44 p. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde) – (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – Caderno 3)

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. **Uso racional de medicamentos**: temas selecionados. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 156 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**: queixas mais comuns na Atenção Básica. 1. ed.; 1. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013a. 290 p. (Cadernos de Atenção Básica, n. 28, v. II)

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. 1. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013b. 300 p. (Cadernos de Atenção Básica, n. 26)

CAVALCANTE, Márcio de Souza; SOARES, Marília Almeida; FEIJÓ, Cristiane Macêdo; FONTELES, Marta Maria de França. Perfil de utilização de anticoncepcional de emergência em serviços de atendimento farmacêutico de uma rede de farmácias comunitárias. **Electronic Journal of Pharmacy**, v. 13, n. 3, p. 131-139, 2016.

CORRÊA, Daniele Aparecida Silva; FELISBINO-MENDESII, Mariana Santos; MENDES, Mayara Santos; MALTA, Deborah Carvalho; VELASQUEZ-MELENDZ, Gustavo. Fatores associados ao uso contraindicado de contraceptivos orais no Brasil. **Rev Saúde Pública**, n. 51, 2017. 10 p.

COSTA, Cátia Sofia Piriquito. **Contraceptivos orais**. 2011. 82 f. Dissertação (Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade do Algarve (UAAlg), Portugal, 2011.

COUTO, Pablo Luiz Santos VILELA, Alba Benemérita Alves; GOMES, Antônio Marcos Tosoli; FERREIRA, Luana Costa; NEVES, Maria Luísa Pereira; PEREIRA, Samantha Souza da Costa. Evidências dos efeitos adversos no uso de anticoncepcionais hormonais orais em mulheres. **Enferm. Foco**, v. 11, n. 4, p. 79-86, 2020. 8 p.

DIAS, Barbara Almeida Soares. **Recorrência da cesariana e da prematuridade na pesquisa Nascer no Brasil**. 2021. 156 f. Tese (Doutorado em Epidemiologia em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2021.

DIAS-DA-COSTA, Juvenal Soares; GIGANTE, Denise Petrucci; MENEZES, Ana Maria Baptista; OLINTO, Maria Teresa Anselmo; MACEDO, Sílvia; BRITTO, Marcelo Alexandre Pinto de; FUCHS, Sandra Costa. Uso de métodos anticoncepcionais e adequação de contraceptivos hormonais orais na cidade de. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 93-99, jan./fev. 2002.

FEBRASCO – Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. **Tromboembolismo venoso e contraceptivos hormonais combinados**. São Paulo: FEBRASGO, 2016. 40 p. (Série orientações e recomendações FEBRASGO, v. 4, n.1, nov. 2016).

_____. **Anticoncepção para adolescentes**. São Paulo: Editora Connexomm, 2017. (Série Orientações e recomendações FEBRASGO, n. 9, 2017)

FERNANDES, Carolina dos Santos; BAIENSE, Alex Sandro Rodrigues. A atuação do farmacêutico na orientação do uso de contraceptivos de emergência. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 9273-9286, abr. 2023.

FINOTTI, Marta. **Manual de anticoncepção**. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), 2015. 143 p.

FONSECA, A. L. **Interações medicamentosas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora de Publicações Biomédicas, 2014.

FREITAS, Isadora Herondina Santos de. **Uso de anticoncepcionais orais e o papel do farmacêutico na dispensação**: elaboração de um roteiro de dispensação. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Farmácia) – Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, PB, 2015.

HARDY, Ellen E.; MORAES, Teresinha M. de; FAÚNDES, Anibal; VERA, Sérgio; PINOTTI, José A. Adequação do uso de pílula anticoncepcional entre mulheres unidas. **Rev. Saúde Públ.**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 96-101, 1991.

HASEGAWA, Luciana Eda Maximiano; CAVALCANTE, Igor dos Santos; FERRAZ, Isabella Cabral; GOMES, Francisco Enson Souza; CARVALHO, Kerlany Oliveira; CACAU, Bianca Lopes; NUNES, Mikaelly Melgaço; LOPES, Matheus Orany Abreu Sousa; DINATO, Ariane Oliveira. A relação entre o uso de anticoncepcionais hormonais e a sexualidade feminina: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, e12711423238, 13 mar. 2022. 9 p.

HAYASHI, Ednéia Aparecida Peres; MORIYAMA, Josy de Souza. Grupo de apoio psicológico a mulheres em situação de infertilidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. e179820 2019. 13 p.

HEILBORN, Maria Luíza; PORTELLA, Ana Paula; BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, Cristiane da Silva; Grupo CONPRuSUS. Assistência em contracepção e planejamento reprodutivo na perspectiva de usuárias de três unidades do Sistema Único de Saúde no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, Supl. 2, p. S269-S278, 2009. 10 p.

INCA - Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Diretrizes para a detecção precoce do câncer de mama no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2015. 168 p.

LOPES, Everton Moraes; OLIVEIRA, Edina Araújo Rodrigues; LIMA, Luísa Helena de Oliveira; FORMIGA, Laura Maria Feitosa; FREITAS, Rivelilson Mendes de. Interações fármaco-alimento/nutriente potenciais em pacientes pediátricos hospitalizados. **Rev Ciênc Farm Básica Apl.**, v. 34, n. 1, p. 131-135, 2013.

MITRE, Edson Ibrahim; FIGUEIRA, Alessandra Sousa; ROCHA, Aparecida Barbosa; ALVES, Simone Maria Cordeiro. Avaliações audiométrica e vestibular em mulheres

que utilizam o método contraceptivo hormonal oral. **Rev Bras Otorrinolaringol**.v. 72, n. 3, p. 350-354, maio/jun. 2006.

OPAS, Organização Pan-Americana de Saúde, Proposta: **Consenso Brasileiro de Atenção Farmacêutica**, Atenção Farmacêutica no Brasil: “trilhando caminhos”. Brasília: OPAS, 2002.

PEREIRA, Lucas Santhiago Martins; GUIMARÃES, Talita Antunes; FIGUEIRENDO, Flávio Júnior Barbosa; RUAS, Luís Paulo Ribeiro; ANDRADE, Valéria Farias; PINHEIRO, Thaisa de Almeida; PINHEIRO, Thales de Almeida. Percepção de uma comunidade acadêmica sobre a utilização da pílula do dia seguinte. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 4, n. 4, p. 15702-15714, jul./ago. 2021.

RAMÍREZ-GÁLVEZ, Martha. Reprodução assistida, consumo de tecnologia, deslocamentos e exclusões. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 60, n.1, p. 39-41, 2008.

SILVA, Pollyanna Stéfany Lima da; ARAÚJO, Daniela Maria; ALVES, Amanda Suellen Santana; LEITE, Andreza Roberta de França; COSTA, Beatriz Rafaella da Silva; ALBUQUERQUE, Érica Larissa Marinho Souto de; DOURADO, Keila Fernandes; PINTO, Flávia Cristina Morone. Possíveis interações fármaco-nutrientes em crianças e idosos hospitalizados. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, P. e9839109263, 2020. 37 p.

SOUZA, Rozana Aparecida de. Pílula do dia seguinte: uma revisão de literatura sobre a anticoncepção de emergência. **Cadernos UniFoa**, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ, ano III, n. 8, p. 58-76, dez. 2008.

VIEIRA, Elisabeth Meloni; BDIANI, Rita; DAL FABBRO, Amaury Lélis; RODRIGUES JÚNIOR, Antônio Luiz. Características do uso de métodos anticoncepcionais no Estado de São Paulo. **Rev Saúde Pública**, v. 36, n. 3, p. 263-270, 2001.

VIEIRA, F.S. Possibilidades de contribuição do farmacêutico para a promoção da saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.12, p. 213-220, 2007.

WANNMACHER, Lenita. Anticoncepcionais orais: o que há de novo. **Uso racional de medicamentos**: temas relacionados, v. 1. 1, Brasília, dez. 2003.

WILLIAMS, C. L.; STANCEL, G. M. Estrogênio e progestogênios *In*: GOODMAN, L. S. **As bases farmacológicas da terapêutica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora McGraw-Hill, 1996. p. 1046-1065.

ZUBIOLI, A. **A Farmácia Clínica na Farmácia Comunitária**. Brasília: Cidade Gráfica, 2001.